

Plano de atividades da Direção do Sindicato dos Jornalistas para 2026

O Sindicato dos Jornalistas quer fazer de 2026 o ano da reafirmação do jornalismo, enquanto garante da liberdade de imprensa e de expressão e instrumento fundamental de combate aos populismos e aos extremismos, e da recuperação da dignidade dos jornalistas, pela valorização de salários, de carreiras e da profissão.

Os baixos salários são um dos mais graves ataques à dignidade dos jornalistas. Segundo a OCDE, a fragilidade salarial contribuiu fortemente para a insegurança laboral, que afeta a qualidade do jornalismo e, por consequência, da democracia. E porque a democracia está em causa, o Sindicato dos Jornalistas estabelece como fundamental para 2026 a melhoria das condições de vida dos jornalistas, tendo como meta salarial mínima de entrada na profissão um salário nunca inferior a mil euros.

Uma classe profissional com mais de 80% de licenciados, que desempenham uma profissão que não é apenas fundamental para a democracia, mas que é também muito exigente do ponto de vista intelectual, emocional e físico, tem de ter salários e condições de trabalho que refletem a dignidade da profissão. O SJ recorrerá a todos os meios legais para o conseguir.

A melhoria das condições de vida é apenas uma parte da luta pela dignificação do jornalismo e dos jornalistas. Em 2026, queremos continuar a lutar por melhores condições e pelo apoio público justificado para um setor que nunca teve ajudas efetivas e que tem caminhado para uma situação de enorme fragilidade. Se é um pilar da democracia e um bem essencial, tem de ser tratado como tal.

Praticamente ignorada pelas empresas, levemente referida na legislação laboral proposta pelo Governo atual, a revolução da Inteligência Artificial constituiu uma enorme ameaça para o jornalismo, apesar de algumas oportunidades. Face à aparente apatia e incapacidade de empresas e Estado, o SJ procurará zelar pelos direitos dos jornalistas, fazendo de 2026 o ano do resgate dos direitos de autor e procurando que os jornalistas sejam resarcidos pelo uso de artigos jornalísticos tanto no treino de “varredores” da Internet, como pela republicação de material de autor nas várias plataformas.

O SJ considera fundamental que os Governos, as grandes plataformas e a sociedade, de uma forma geral, percebam que o produto da IA será tanto melhor quanto mais qualidade tiverem os ingredientes que usa. E essa qualidade advirá do uso, pago e justo, de material elaborado por autores certificados e legalmente habilitados – os jornalistas.

A revolução da IA poderá enformar algumas oportunidades para os jornalistas e o jornalismo, libertando os jornalistas de tarefas mais monótonas e repetitivas, permitindo mais tempo para fazer

um trabalho diferenciado – e que as máquinas não conseguirão fazer – criando assim “produtos” de valor acrescido, garantindo que o jornalismo tem uma hipótese de ser viável e de se diferenciar da IA. Será necessário ajudar os jornalistas a perceber como lidar com este “bicho”, a dar-lhe ferramentas e formação e garantir que as empresas que adotem automatismos sejam impedidas de fazer despedimentos para substituir pessoas por máquinas.

Assim, para 2026 o Sindicato dos Jornalistas pretende:

1. Defender o jornalismo como garante fundamental da democracia.
2. Defender a ética e a credibilidade do jornalismo como valores inalienáveis e diferenciadores, num mundo alagado de comunicação.
3. Combater a precariedade com ações concretas na ACT, denunciando casos conhecidos e incentivando os jornalistas a dar os passos necessários para que as injustiças sejam reveladas e corrigidas.
4. Lutar pela melhoria das condições de trabalho, a começar pela valorização salarial, não aceitando que o jornalismo, profissão de exigência máxima, sobreviva graças a salários míнимos, adequando salários à realidade, às necessidades decorrentes do aumento do custo de vida e à necessária dignificação da profissão
5. Alargar a cobertura e a eficácia da contratação coletiva:
 - a. Concluir a negociação de um novo CCT para a Rádio, desatualizado há mais de 20 anos;
 - b. Concluir a revisão da tabela salarial do CCT para a Imprensa;
 - c. Concluir os processos em tribunal para a aplicação do CCT nas empresas incumpridoras;
 - d. Iniciar a negociação da contração coletiva na televisão privada.
6. Garantir e adequação da Formação Profissional dos Jornalistas, exortando o CENJOR a maior proximidade territorial e amplitude na ação, levando a formação de jornalistas a todo o país.
7. Procurar parcerias com universidades para garantir formação para jornalistas, nomeadamente em questões emergentes como a Inteligência Artificial e as novas tecnologias.

8. Continuar a lutar contra a desinformação, procurando afirmar o jornalismo junto das populações como uma fonte de informação séria e fidedigna, combater as restrições ao acesso a documentos e fontes de informação, bem como os discursos e ações que comprometam a Liberdade de Imprensa.
9. Combater a precariedade laboral e proteger os direitos adquiridos dos trabalhadores bem como os direitos decorrentes das novas formas de trabalho introduzidas pela pandemia, como o teletrabalho e zelar pela conciliação da vida pessoal e familiar.
10. Recuperar os direitos de autor esquecidos e usar todos os meios e recursos ao dispor do Sindicato dos Jornalistas para que sejam reconhecidos os créditos autorais dos jornalistas pelo trabalho que fazem, garantindo que são ouvidos para dar consentimento informado e que são justamente pagos pelo uso que for feito por empresas de media e pelas grandes plataformas.
11. Questionar o estado do Plano de Ação para os Media, apresentar sugestões para a sua melhoria e zelar para que os apoios eventualmente concedidos estejam de acordo com a lei e o respeito pela contratação coletiva.
12. Acelerar o debate com a CCPJ e a ERC sobre a necessidade de revisão da Lei de Imprensa, adaptando-a aos novos desafios digitais.
13. Concluir o trabalho de revisão dos estatutos do SJ.
14. Concluir a mudança da sede, em Lisboa.
15. No serviço público:
 - a. Reafirmar, no verbo e na ação, a importância fulcral de um serviço público robusto, livre e bem financiado, negociando a melhoria de condições salariais e de trabalho no grupo RTP e na Agência Lusa;
 - b. Continuar a denúncia, junto da ACT, dos falsos recibos verdes no serviço público de televisão, rádio e agência, de forma que se proceda à sua regularização;
 - c. Lutar para que as redações da Lusa e dos serviços de rádio e televisão da RTP sejam reforçadas, fiscalizando e denunciando a inaceitável política de empobrecimento que tem vindo a ser seguida, mais ainda depois dos planos de rescisões voluntárias levadas a cabo em 2025;
 - d. Continuar a lutar pelos associados da RTP nos planos de reenquadramento,

defendendo-os junto da Direção de Recursos Humanos ou Conselho de Administração e, para os que assim entenderem, juridicamente;

- e. Proceder, finalmente, à revisão do AE da RTP em matéria das carreiras jornalísticas - jornalista-redator e jornalista-repórter;
- f. Garantir que a Lusa tem um modelo de governação que respeite a autonomia editorial e a importância nacional e territorial da única agência de notícias em Portugal;
- g. Exigir que o Sindicato dos Jornalistas esteja presente no conselho consultivo da agência Lusa.

16. Com os associados:

- a. Lançar inquérito para conhecer os associados para melhor ir ao encontro das suas expectativas em relação à atividade sindical;
- b. Lançar uma campanha de sensibilização para a importância do Sindicato e de angariação de novos associados;
- c. Visitar as redações para levar a palavra (e talvez café e bolos para acompanhar).
- d. Apoio à saúde mental e ao bem-estar dos jornalistas, como a realização de doze sessões de sensibilização em redações, mas também online;
- e. Financiar um número limitado de consultas de psicologia ou psiquiatria aos jornalistas;
- f. Debater o jornalismo, com um ciclo de conversas, sob o título “Jornalismo regressa ao Bairro Alto”, na Casa do Comum, em Lisboa, no mês de abril.

17. Prosseguir com o apoio ao projeto da Literacia para os Media com ações de formação a professores em escolas do continente e dos Açores e Madeira. Nesse sentido, o SJ manterá a sua parceria com a Associação Literacia Para os Media e Jornalismo (ALPMJ), procurando dar formação na matéria jornalistas associados.

18. Reforçar a ligação às Universidades através da realização de conferências, fomentando o interesse pelo jornalismo e pelo sindicato junto dos futuros jornalistas.

19. Aumentar a divulgação do botão da denúncia no site do SJ, fazer relatórios das denúncias recebidas contabilizando-as e promover um workshop sobre a segurança dos jornalistas e

sobre como proceder nos casos concretos em que a violência é motivada por questões de género.

20. No plano institucional:

- a. Manter a afirmação internacional do SJ, reforçando a presença nos organismos internacionais, como a Federação Europeia de Jornalistas (FEJ) e a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), participando em conferências, workshops e grupos de discussão sobre a profissão;
- b. Continuar a representação do SJ nos conselhos de género das Federações Europeia e Internacional, lutando para que a igualdade de direitos, de representação e tratamento não seja uma miragem, para que a discriminação e o assédio não se normalizem e a sua denúncia seja cada vez mais fácil e usual, mais ainda face ao aumento dos discursos de ódio em vários quadrantes da sociedade;
- c. Reforçar a ação do SJ junto do grupo que defende os direitos dos freelancers;
- d. Ampliar a ação do SJ no grupo da FEJ de defesa dos direitos laborais;
- e. Continuar a ação do SJ no grupo europeu de direitos de autor;
- f. Promover cada vez mais esclarecimento e formação nas questões de género, de forma que os estigmas diminuam e as barreiras caiam.